

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**Ministério da Agricultura e Pecuária**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**  
**Processo Administrativo nº 21000.017724/2026-18**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Ministério da Agricultura e Pecuária, CNPJ 00.396.895/0001-25, por meio do(a) Coordenação de Gestão de Licitações - CLIC, sediado(a) Esplanada dos Ministérios, S/N, Bloco D, bairro Plano Piloto, na cidade de Brasília/DF, CEP 70050-000, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 18/05/2026

Hora Inicial : 10:00

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de serviços de tradução conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado,

observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

grupo

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	Grupo 1 - Serviços de tradução/versão de textos	Unitário
2	Grupo 2 - Serviços de interpretação de falas, locação de equipamentos e honorários de auxiliares	Unitário

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da

empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

<b>Seq</b>	<b>Item/Grupo</b>	<b>Intervalo Mínimo (em R\$)</b>
1	Grupo 1 - Serviços de tradução/versão de textos	R\$ 5,00
2	Grupo 2 - Serviços de interpretação de falas, locação de equipamentos e honorários de auxiliares	R\$ 5,00

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação/pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o



reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate,



obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.1. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.1.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem

a exequibilidade da proposta.

7.11.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, o prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de

que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação

poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou

de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade

promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao@agro.gov.br](mailto:licitacao@agro.gov.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/edital/mapa-sede-uasg-130005>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Anexo I do TR – Termo De Ciencia E Concordancia;

13.11.1.2. Anexo II do TR – Modelo De Proposta;

13.11.1.3. Anexo III do TR – Modelo De Ordem De Serviço;

13.11.1.4. Anexo IV do TR – Formulário De Ateste Da Prestação Dos Serviços E Avaliação De Qualidade.

13.11.1.5. Anexo V do TR - Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Contrato

Brasília , 28 de abril de 2026

.....  
KLEBER DE LIMA MORAIS  
Coordenador de Gestão de Licitações - Substituto

COORD.-GERAL DE EXECUCAO ORÇ.E FIN./DA/MAPA

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

7/2026

130005-COORD.-GERAL DE EXECUCAO ORÇ.E FIN./DA/MAPA

Editado por

NADIA REIS BARBOSA

Atualizado em

29/04/2026 15:05 (v 0.13)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		21000.017724/2026-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Do objeto

1.1.1 Contratação de empresa(s) especializada(s) em tradução/ versão de textos, interpretação simultânea e consecutiva de vários idiomas, bem como a locação de equipamentos de tradução simultânea, gravação e sonorização ambiente, para atendimento às diversas unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, sem disponibilização de mão de obra exclusiva, sob demanda, no âmbito do Distrito Federal, abrangendo planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento e fornecimento de bens e serviços, infraestrutura e apoio logístico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

		GRUPO I	GRUPO II	TOTAL GERAL
TOTAL GERAL		R\$ 135.240,00	R\$ 1.197.172,50	R\$ 1.332.412,50
Grupo	Item - descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO
	ITEM 1 - Tradução/versão literária em regime normal - INGLÊS	500	R\$ 43,72	R\$ 21.860,00
	ITEM 2 - Tradução/versão literária em regime normal - ESPANHOL	500	R\$ 43,72	R\$ 21.860,00

Grupo I	ITEM 3 - Tradução/versão literária em regime de urgência - INGLÊS	250	R\$ 85,40	R\$ 21.350,00
	ITEM 4 - Tradução/versão literária em regime de urgência - ESPANHOL	250	R\$ 85,40	R\$ 21.350,00
	ITEM 5 - Tradução/versão juramentada - INGLÊS	120	R\$ 82,50	R\$ 9.900,00
	ITEM 6 - Tradução/versão juramentada - ESPANHOL	120	R\$ 81,00	R\$ 9.720,00
	ITEM 7 - Tradução/versão juramentada - FRANCÊS	50	R\$ 79,00	R\$ 3.950,00
	ITEM 8 - Tradução/versão juramentada - ÁRABE	50	R\$ 180,00	R\$ 9.000,00
	ITEM 9 - Tradução/versão juramentada - CHINÊS	50	R\$ 155,00	R\$ 7.750,00
	ITEM 10 - Tradução/versão juramentada - RUSSO	50	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00
Grupo II	ITEM 11 - Interpretação consecutiva ou simultânea presencial - INGLÊS	50	R\$ 1.629,58	R\$ 81.479,00
	ITEM 12 - Interpretação consecutiva ou simultânea presencial - ESPANHOL	50	R\$ 1.629,58	R\$ 81.479,00
	ITEM 13 - Interpretação consecutiva ou simultânea presencial - FRANCÊS	25	R\$ 1.629,58	R\$ 40.739,50
	ITEM 14 - Interpretação consecutiva ou simultânea presencial - ÁRABE	10	R\$ 4.400,00	R\$ 44.000,00
	ITEM 15 - Interpretação consecutiva ou simultânea presencial - CHINÊS	10	R\$ 4.760,00	R\$ 47.600,00
	ITEM 16 - Interpretação consecutiva ou simultânea presencial - RUSSO	10	R\$ 4.760,00	R\$ 47.600,00
	ITEM 17 - Interpretação consecutiva ou simultânea remota- INGLÊS	50	R\$ 1.266,67	R\$ 63.333,50
	ITEM 18 - Interpretação consecutiva ou simultânea remota- ESPANHOL	50	R\$ 1.266,67	R\$ 63.333,50
	ITEM 19 - Interpretação consecutiva ou simultânea remota- FRANCÊS	25	R\$ 1.266,67	R\$ 31.666,75
	ITEM 20 - Interpretação consecutiva ou simultânea remota- ÁRABE	10	R\$ 3.400,00	R\$ 34.000,00

ITEM 21 - Interpretação consecutiva ou simultânea remota- CHINÊS	10	R\$ 4.000,00	R\$ 40.000,00
ITEM 22 - Interpretação consecutiva ou simultânea remota- RUSSO	10	R\$ 3.400,00	R\$ 34.000,00
ITEM 23 - Locação de equipamento móvel para interpretação simultânea	100	R\$ 2.400,00	R\$ 240.000,00
ITEM 24 - Locação de equipamento fixo de interpretação simultânea por radiofrequência	50	R\$ 2.000,00	R\$ 100.000,00
ITEM 25 - Locação de equipamento fixo de interpretação simultânea por infravermelho	50	R\$ 2.450,00	R\$ 122.500,00
ITEM 26 - Locação de receptores (por unidade)	1000	R\$ 20,00	R\$ 20.000,00
ITEM 27 - Locação de cabine para intérpretes	100	R\$ 889,56	R\$ 88.956,00
ITEM 28 - Honorários de técnico de som	25	R\$ 313,33	R\$ 7.833,25
ITEM 29 - Honorários de recepcionista bilíngue	25	R\$ 346,08	R\$ 8.652,00

1.1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.3 A execução dos serviços dar-se-á sob o regime de empreitada por preço unitário, com pagamento conforme as quantidades efetivamente executadas, de acordo com as unidades de medida definidas neste Termo de Referência.

**1.2 Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.2.1 O serviço é enquadrado como contínuo e sua execução será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato.

**1.3 Prazo de vigência**

1.3.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

1. ID PCA no PNCP: 00396895000125-0-000001/2026

2. Data de publicação no PNCP: 10/02/2025;

3. Id do item no PCA: 8
4. Classe/Grupo: 6859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE
5. Identificador da Futura Contratação: 130005-95/2026

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução consiste na contratação de serviços de tradução, interpretação e atividades correlatas, de forma continuada e sob demanda, para atendimento das necessidades do MAPA, MPA e MDA.

3.2 As definições dos serviços a serem prestados são:

3.2.1 tradução de textos: é o serviço de verter textos em língua estrangeira para a língua portuguesa.

3.2.2 versão de textos: é o serviço de verter textos em língua portuguesa para idiomas estrangeiros.

3.2.3 tradução consecutiva: é o serviço por meio do qual o intérprete faz a tradução de forma intermitente entre as pausas do orador.

3.2.4 tradução simultânea: é o serviço por meio do qual o intérprete faz a tradução de forma simultânea à fala do orador e, por meio de aparelhos eletrônicos, sua fala traduzida chega aos ouvintes.

3.2.5 locação de equipamentos: aluguel e instalação de equipamentos fixos ou portáteis para auxiliar nos serviços de tradução simultânea.

3.2.6 contratação de auxiliares: técnicos de som e/ou recepcionistas bilíngues para prestar auxílio durante eventos.

3.3 A solução foi dividida nos seguintes grupos, itens e quantidades:

Grupo 1 - Serviços de tradução/versão de textos				
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	MÉTRICA	QUANTIDADE ESTIMADA
1	3891	Tradução/versão <b>literária em regime normal</b> - INGLÊS	LAUDAS (2100 carac. com espaços)	500
2		Tradução/versão <b>literária em regime normal</b> - ESPANHOL	LAUDAS (2100 carac. com espaços)	500
3		Tradução/versão <b>literária em regime de urgência</b> - INGLÊS	LAUDAS (2100 carac. com espaços)	250
4		Tradução/versão <b>literária em regime de urgência</b> - ESPANHOL	LAUDAS (2100 carac. com espaços)	250
5		Tradução/versão <b>juramentada</b> - INGLÊS	LAUDAS (1000 carac. sem espaços)	120
6		Tradução/versão <b>juramentada</b> - ESPANHOL	LAUDAS (1000 carac. sem espaços)	120
7		Tradução/versão <b>juramentada</b> - FRANCÊS	LAUDAS (1000 carac. sem espaços)	50
8		Tradução/versão <b>juramentada</b> - ÁRABE	LAUDAS (1000 carac. sem espaços)	50
9		Tradução/versão <b>juramentada</b> - CHINÊS	LAUDAS (1000 carac. sem espaços)	50
10		Tradução/versão <b>juramentada</b> - RUSSO	LAUDAS (1000 carac. sem espaços)	50
Grupo 2 - Serviços de interpretação de falas, locação de equipamentos e honorários de auxiliares				
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	MÉTRICA	QUANTIDADE ESTIMADA
11		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea presencial</b> - INGLÊS	DIÁRIA (6 horas)	50



12	12637	Interpretação <b>consecutiva ou simultânea presencial</b> - ESPANHOL	DIÁRIA (6 horas)	50
13		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea presencial</b> - FRANCÊS	DIÁRIA (6 horas)	25
14		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea presencial</b> - ÁRABE	DIÁRIA (6 horas)	10
15		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea presencial</b> - CHINÊS	DIÁRIA (6 horas)	10
16		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea presencial</b> - RUSSO	DIÁRIA (6 horas)	10
17		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea remota</b> - INGLÊS	DIÁRIA (6 horas)	50
18		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea remota</b> - ESPANHOL	DIÁRIA (6 horas)	50
19		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea remota</b> - FRANCÊS	DIÁRIA (6 horas)	25
20		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea remota</b> - ÁRABE	DIÁRIA (6 horas)	10
21		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea remota</b> - CHINÊS	DIÁRIA (6 horas)	10
22		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea remota</b> - RUSSO	DIÁRIA (6 horas)	10
23	21490	Locação de <b>equipamento móvel</b> para interpretação simultânea	DIÁRIA (12 horas)	100
24		Locação de <b>equipamento fixo</b> de interpretação simultânea por <b>radiofrequência</b>	DIÁRIA (12 horas)	50
25		Locação de <b>equipamento fixo</b> de interpretação simultânea por <b>infravermelho</b>	DIÁRIA (12 horas)	50
26		Locação de <b>receptores (por unidade)</b>	DIÁRIA (12 horas)	1000
27		Locação de <b>cabine</b> para intérpretes	DIÁRIA (12 horas)	100
28		Honorários de <b>técnico de som</b>	(DIÁRIA 8 horas)	25
29		Honorários de <b>recepcionista bilíngue</b>	(DIÁRIA 8 horas)	25

**3.4** Os serviços de tradução simultânea ou consecutiva poderão ser executados em ambiente presencial ou remoto, conforme a natureza da solicitação, com acionamento pontual e quantitativos variáveis.

**3.5** Os serviços de tradução e versão serão contabilizados por laudas, contabilizadas a partir do idioma de origem, sendo:

**3.5.1** Tradução literária: 2.100 (dois mil e cem) caracteres, inclusive espaços, por lauda; e

**3.5.2** Tradução juramentada: 1.000 (um mil) caracteres, sem espaços, por lauda.

**3.6** A contagem de caracteres será realizada mediante programa de edição de texto (ex.: Microsoft Office, LibreOffice e WPS).

**3.7** Caso as métricas estipuladas não sejam atendidas em sua totalidade, será considerada para efeitos de pagamento o proporcional da lauda correspondente (até duas casas decimais), não sendo admitido arredondamento.

**3.8** Os prazos para regimes de tradução serão contabilizados de acordo com a quantidade de serviço a ser executado:

**3.8.1** Tradução literária em regime normal (tradução, versão e revisão de textos): 10 (dez) laudas por dia útil;

**3.8.2** Tradução literária em regime de urgência (tradução, versão e revisão de textos): 20 (vinte) laudas por dia útil;

**3.8.3** Tradução juramentada: 2 (duas) laudas por dia útil.

**3.9** O prazo para a entrega do serviço começará a ser contado a partir do primeiro dia útil após a data do envio do texto à CONTRATADA.

**3.10** Cada serviço de tradução, versão, revisão ou tradução juramentada terá seu prazo contabilizado por idioma, sendo os prazos independentes entre si.

**3.11** Os arquivos traduzidos devem ser entregues com a mesma formatação inicialmente disponibilizada pela contratante.

**3.12** Sempre que verificada a má qualidade na prestação dos serviços, poderá ser solicitado o refazimento do trabalho, sem ônus para a Contratante, nos termos definidos no TR.

**3.13** Considera-se dia útil aquele compreendido entre 8h e 20h, excluídos sábados, domingos e feriados nacionais.

**3.14** Os serviços de interpretação consecutiva e simultânea serão prestados no Distrito Federal e remunerados por diária correspondente a 6 (seis) horas, observadas as regras de meia diária, diária integral e horas excedentes.

3.14.1 Para serviços com duração de até 3 (três) horas, será devido o pagamento de meia diária.

3.14.2 Para serviços com duração superior a 3 (três) horas e até 6 (seis) horas, será devido o pagamento de uma diária integral.

3.14.3 Para serviços com duração superior a 6 (seis) horas, as horas excedentes serão remuneradas em 50% (cinquenta por cento) a mais do que o valor da hora da diária regular, considerando cada fração de hora como hora completa para fins de pagamento.

Por exemplo: para um serviço que a diária custe R\$ 1000,00 (mil reais), cada hora excedente custará R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) - considerando o adicional de 50% sobre o valor da hora da diária regular.

3.14.4 Os serviços de tradução simultânea e consecutiva serão prestados preferencialmente em dias úteis e quando ocorrer a necessidade de prestação de serviços antes das 8h e após as 20h, bem como aos sábados, domingos e feriados nacionais, os serviços serão remunerados com um acréscimo de 100% (cem por cento) do valor devido para os serviços que vierem a ser prestados, mas não se somando os percentuais adicionais caso ocorra mais de uma exceção aqui prevista.

Por exemplo: para um serviço que a diária regular custe R\$ 1000,00 (mil reais), um serviço prestado num sábado, das 6h às 12h, será remunerado em R\$ 2000,00 (dois mil reais) e cada hora excedente da diária custará R\$ 500,00 (quinhentos reais) - considerando o adicional de 100% do serviço prestado em dia não útil e o adicional de 50% das horas excedentes.

**3.15** Fica a cargo da CONTRATANTE definir a quantidade de tradutores e de equipamentos que será utilizada em cada serviço de interpretação simultânea ou consecutiva.

**3.16** A contratação de equipamentos para interpretação simultânea envolverá a disponibilização, instalação, operação e retirada dos equipamentos;

**3.17** Os profissionais auxiliares (técnico de som e recepcionista bilingue) somente poderão atuar de forma presencial;

**3.18** O fornecimento de insumos necessários à execução dos serviços será sempre de responsabilidade da CONTRATADA e e nos casos de serviços prestados de forma remota, esta deve fornecer o computador e todo o aparato necessário para a participação eficiente do tradutor.

**3.19** A contabilização de horas, para efeitos de pagamento, será a partir do horário definido pela CONTRATANTE para chegada dos intérpretes no local de cada evento.

**3.20** Nos serviços de interpretação simultânea, a CONTRATADA deverá promover a substituição, ampliação ou reconfiguração dos equipamentos utilizados, em caso de falha técnica, alteração de layout, mudança de local ou variação do número de participantes.

**3.21** A CONTRATADA deverá promover, sempre que necessário, a substituição de tradutores, intérpretes ou revisores inicialmente designados, em caso de indisponibilidade superveniente, garantindo a manutenção de profissionais com qualificação técnica compatível com o serviço solicitado.

**3.22** A contratada deverá estar apta a realizar ajustes entre as modalidades de interpretação simultânea e consecutiva, quando solicitado pela Administração, em função da dinâmica do evento ou de necessidades operacionais supervenientes.

**3.23** No caso de instalação de equipamentos de tradução simultânea a diária será de 12 (doze) horas e as horas excedentes serão remuneradas em 50% (cinquenta por cento) a mais do que o valor da hora da diária regular, considerando cada fração de hora como hora completa para fins de pagamento.

Por exemplo: para o aluguel de um equipamento que custe R\$ 1000,00 (mil reais) a diária, cada hora excedente custará R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) - considerando o adicional de 50% sobre o valor da hora da diária regular.

**3.24** O valor da hora-base cotada contempla a cessão de uso da imagem dos profissionais disponibilizados para a prestação dos serviços.

**3.25** O equipamento para tradução simultânea deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

3.25.1 tratar-se de equipamento próprio para tradução simultânea, incluindo cabines isoladas acusticamente e livres de interferência mútua;

3.25.2 garantia de transmissão de áudio de alta fidelidade, de um a cinco canais distintos, acusticamente isolados e livres de interferência mútua, com difusão de sinal por radiofrequência;

3.25.3 receptores devem ser sem fio, de modo a permitir mobilidade aos usuários, em número suficiente para a execução dos serviços

3.25.4 os transmissores, com exceção dos móveis, devem dispor de saída de sinal de áudio que permita a gravação direta da tradução, caso necessário.

**3.26** Os serviços deverão ser solicitados pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

**3.27** Em caso do cancelamento da ordem de serviço, a CONTRATADA deverá ser comunicada no mínimo 24 (vinte e quatro) horas úteis antes do horário de início para o evento. Quando o cancelamento ocorrer fora do período previsto, a CONTRATANTE arcará com o custo previsto para o tempo mínimo de duração de cada serviço e locação de equipamento.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 Sustentabilidade

4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2 A pessoa jurídica contratada deverá adotar práticas de gestão compatíveis com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, observando a legislação ambiental, trabalhista e de saúde e segurança do trabalho, bem como garantindo condições adequadas aos profissionais envolvidos na execução contratual.

4.1.3 A contratada deverá priorizar a utilização de meios digitais na execução dos serviços de tradução, revisão e entrega de documentos, de modo a reduzir o consumo de papel e outros insumos físicos, sempre que a natureza do serviço permitir.

4.1.4 Nos serviços que envolvam locação de equipamentos de interpretação simultânea, a contratada deverá empregar equipamentos em bom estado de conservação, com eficiência energética adequada e menor consumo de energia, observando as normas técnicas aplicáveis.

4.1.5 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos operacionais:

4.1.5.1 A contratada será responsável pela destinação ambientalmente adequada de equipamentos, cabos, baterias, embalagens e demais materiais utilizados na execução contratual, observando a legislação aplicável, inclusive quanto à logística reversa, quando cabível.

4.1.5.2 Eventuais resíduos gerados durante a execução dos serviços deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente.

4.1.5.3 A contratada deverá adotar medidas para otimizar deslocamentos necessários à execução presencial dos serviços, buscando reduzir impactos ambientais, sempre que possível.

4.1.5.4 A execução contratual deverá observar critérios de eficiência na utilização de recursos, de modo a evitar desperdícios e contribuir para a economicidade da contratação.

4.1.6 A contratada deverá manter seus processos organizacionais de modo a evitar impactos socioambientais negativos decorrentes da execução contratual.

## 4.2 Subcontratação

4.2.1 A subcontratação é admitida, inclusive de forma integral quanto à execução dos serviços, considerando a natureza do objeto e as práticas usuais do mercado de tradução e interpretação.

4.2.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, inclusive integral, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a gestão, coordenação, supervisão e controle de qualidade das atividades executadas por subcontratados, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento de todas as obrigações contratuais.

4.2.3 O Contratado apresentará à Administração, sempre que solicitado, documentação que comprove a capacidade técnica dos subcontratados, a qual será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.2.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica quando houver conflito de interesses, nos termos da legislação aplicável, especialmente se a pessoa física subcontratada ou os dirigentes da pessoa jurídica subcontratada mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na contratação, na gestão ou na fiscalização do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 4.3 Garantia da contratação

4.3.1 Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que não há previsão de pagamentos antecipados, tampouco necessidade de mobilização prévia de recursos significativos por parte da Administração, o que reduz substancialmente o risco financeiro associado à execução contratual.

4.3.2 Eventuais descumprimentos contratuais poderão ser prontamente identificados e mitigados por meio da fiscalização, aplicação de penalidades e, se necessário, substituição do prestador, sem prejuízo relevante à continuidade das atividades institucionais.

## 4.4 Vistoria

4.4.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

# 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

## 5.1. Condições de execução

5.1.1 Os serviços poderão ser solicitados pelos órgãos internos do MAPA, devendo cada solicitação conter a anuência dos fiscais setoriais indicados ou da chefia máxima do setor demandante.

5.1.2 Os serviços serão contratados por demanda, por meio de Ordem de Serviço, de acordo com as necessidades da Pasta, não havendo obrigatoriedade de consumo mínimo dos quantitativos estimados.

5.1.3 O fiscal técnico e administrativo elaborará orçamento preliminar com base nas solicitações recebidas, observadas as métricas, valores unitários e condições previstas neste Termo de Referência, e o submeterá à Contratada para manifestação de aceite.

5.1.4 A Contratada deverá manifestar o aceite do orçamento no prazo máximo de **6 (seis) horas úteis**, contado a partir do recebimento da solicitação. Caso não concorde com o orçamento preliminar apresentado, deverá encaminhar, dentro do mesmo prazo, as razões da discordância, devidamente fundamentadas com base nas disposições deste Termo de Referência.

5.1.5 Após a autorização para execução dos serviços, a Contratada deverá, no prazo máximo de **6 (seis) horas úteis**, confirmar a viabilidade de atendimento da Ordem de Serviço, observando-se que:

- a) nos serviços de tradução ou versão de textos, a confirmação deverá contemplar o prazo de entrega, conforme os parâmetros definidos neste Termo de Referência;
- b) nos serviços de interpretação de falas, a confirmação da viabilidade estará vinculada à data, ao horário e à duração do evento, que constituem o prazo de execução do serviço;
- c) caso a solicitação seja encaminhada em prazo inferior aos prazos mínimos de antecedência estabelecidos neste Termo de Referência, a Contratada poderá, de forma motivada, recusar o atendimento da demanda, sem que isso caracterize descumprimento contratual.

5.1.6 Após a definição do valor dos serviços e a confirmação da viabilidade de execução, a área demandante providenciará a descentralização dos recursos orçamentários e a emissão do respectivo empenho.

5.1.7 Somente após a descentralização dos recursos orçamentários e a emissão do empenho será autorizada a execução dos serviços, mediante ciência formal da Contratada pelo fiscal técnico.

5.1.8 O prazo de execução de cada serviço terá início no dia útil subsequente à confirmação formal de autorização de execução feita pelo fiscal técnico/administrativo.

## **5.2. Comunicação e formalização das demandas**

5.2.1 Todas as solicitações internas de serviços de tradução deverão ser formalizadas por meio de Processo no Sistema Eletrônico de Informações do MAPA - SEI/MAPA.

5.2.2 Todas as solicitações, comunicações, autorizações, ajustes de escopo e registros de ocorrências entre a Contratada e o Contratante deverão ser formalizados por escrito, preferencialmente por meio de correio eletrônico institucional.

5.2.3 Eventuais reuniões, tratativas ou ajustes operacionais que se façam necessários entre a Contratada e os setores demandantes deverão obrigatoriamente contar com a participação do fiscal técnico ou de seu substituto, a fim de possibilitar o acompanhamento das tratativas, a verificação da aderência às disposições contratuais e a correta aplicação dos termos previstos neste Termo de Referência.

5.2.4 Para fins de controle, avaliação e ateste da execução, considerar-se-á como versão válida do serviço aquela encaminhada ao fiscal técnico por meio do canal formal de comunicação definido neste Termo de Referência.

## **5.3. Métodos e procedimentos de execução dos serviços**

5.3.1 A execução dos serviços observará o fluxo operacional definido na Ordem de Serviço, devendo a Contratada planejar e organizar a execução de modo a assegurar o atendimento do escopo solicitado, o cumprimento dos prazos pactuados e a adequada alocação dos recursos necessários.

5.3.2 Durante a execução, a Contratada será responsável pela coordenação das atividades e pela manutenção da qualidade dos serviços prestados, adotando as providências necessárias para evitar interrupções, atrasos ou prejuízos à execução.

5.3.3 Eventuais intercorrências ou necessidades de ajuste identificadas no curso da execução deverão ser comunicadas tempestivamente ao fiscal técnico, para orientação e adoção das providências cabíveis, nos termos deste Termo de Referência.

5.3.4 Concluída a execução, os serviços deverão ser entregues ou disponibilizados conforme estabelecido na Ordem de Serviço, ficando sujeitos à verificação e ao ateste pela fiscalização.

## **5.4. Procedimentos específicos para serviços de interpretação e eventos**

5.4.1 Nos serviços presenciais que envolvam locação de equipamentos de interpretação simultânea, a CONTRATADA deverá assegurar que os equipamentos estejam instalados, testados e plenamente aptos para uso pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 1 (uma) hora em relação ao horário de início do evento definido na Ordem de Serviço.

5.4.2 Para fins de pagamento, a diária de locação de equipamentos será contabilizada a partir do momento em que os equipamentos estiverem plenamente aptos para uso, nos termos do item 5.4.1, sendo vedada a cobrança de qualquer valor relativo ao período destinado à montagem, instalação, configuração e testes.

5.4.3 Nos serviços de interpretação presencial, a CONTRATADA deverá assegurar que os intérpretes estejam no local indicado com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário de início do evento definido na Ordem de Serviço.

5.4.4 Para fins de pagamento, a diária dos intérpretes será contabilizada exclusivamente a partir do horário de início do evento definido na Ordem de Serviço, não integrando à carga horária da diária o período de antecedência previsto no item 5.4.3.

5.4.5 O eventual tempo excedente ao limite da carga horária da diária será remunerado conforme as regras de horas excedentes previstas neste Termo de Referência.

5.4.6 Não será admitido apoio técnico remoto para serviços de interpretação presencial.

5.4.7 Nos serviços de interpretação remota, a Contratada deverá utilizar plataformas e soluções tecnológicas estáveis, responsabilizando-se pela operacionalidade dos recursos sob sua gestão.

## **5.5. Prazos, frequência e periodicidade**

5.5.1 A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua e eventual, conforme a demanda das unidades requisitantes.

5.5.2 Os prazos de execução serão definidos de acordo com o tipo de serviço, volume, idioma e regime normal ou de urgência, conforme estabelecido neste Termo de Referência e formalizado em cada Ordem de Serviço.

## **5.6. Avaliação, controle e ateste da execução**

5.6.1 Após a realização dos serviços, os fiscais setoriais deverão emitir, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, documento de avaliação denominado ateste.

5.6.2 O ateste deverá confirmar:

- a) a conformidade entre os serviços executados e as quantidades constantes da Ordem de Serviço;
- b) a qualidade dos serviços prestados;
- c) o cumprimento dos prazos contratuais; e
- d) a ocorrência de falhas, intercorrências ou não conformidades, quando houver.

5.6.3 Identificada não conformidade sanável na execução dos serviços, a CONTRATANTE poderá solicitar ajustes, correções ou complementações, sem ônus adicional, dentro de prazo compatível com a natureza do serviço, antes da emissão do ateste definitivo.

## **5.7. Controle, rastreabilidade e registro de ocorrências**

5.7.1 A Contratada deverá manter registro organizado das Ordens de Serviço recebidas, dos serviços executados, dos prazos pactuados e das entregas realizadas, de forma a permitir a rastreabilidade da execução contratual.

5.7.2 Eventuais intercorrências verificadas durante a execução dos serviços deverão ser comunicadas ao fiscal técnico no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas úteis após o encerramento do evento ou da execução**, com registro sucinto da ocorrência e das providências adotadas.

## **5.8. Pagamento e faturamento**

5.8.1 Após a emissão do ateste pelos fiscais setoriais, o fiscal técnico e administrativo solicitará formalmente à Contratada a apresentação da nota fiscal/fatura referente aos serviços executados.

5.8.2 A Contratada deverá apresentar a nota fiscal/fatura no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contado a partir da solicitação formal do fiscal técnico e administrativo, constituindo o descumprimento desse prazo infração contratual passível de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato.

5.8.3 A nota fiscal/fatura deverá corresponder exclusivamente aos serviços efetivamente executados e atestados, conforme as quantidades, valores unitários e condições constantes da respectiva Ordem de Serviço que foi aprovada para ser executada.

## **5.9. Exceções operacionais à Ordem de Serviço**

5.9.1 As solicitações de cancelamento deverão ser realizadas de forma tempestiva e devidamente justificadas, de modo a assegurar previsibilidade operacional, adequada programação dos recursos envolvidos e o uso eficiente dos recursos públicos.

5.9.2 Considerando que os valores consignados na Ordem de Serviço possuem caráter estimativo quanto à possibilidade de acréscimos decorrentes de necessidades supervenientes, poderão ocorrer, de forma excepcional, ajustes para execução em quantidade superior à inicialmente prevista.

5.9.3 Na hipótese de execução de serviços em quantidade superior à prevista na Ordem de Serviço, a Contratada deverá encaminhar orçamento complementar, devidamente justificado, no prazo máximo de **6 (seis) horas úteis**, contado a partir do encerramento do evento ou da conclusão da execução que ensejou a ampliação da demanda.

5.9.4 Recebido o orçamento complementar, o fiscal técnico e administrativo o encaminhará ao fiscal setorial para análise e adoção das providências cabíveis, incluindo a eventual descentralização orçamentária complementar e a emissão do respectivo ateste.

5.9.5 Nos casos de cancelamento total ou parcial dos serviços, aplicar-se-ão exclusivamente as regras previstas no item específico deste Termo de Referência que disciplina o cancelamento, observando-se o momento da comunicação à Contratada e o estágio de mobilização dos recursos necessários à execução.

5.9.6 Caso o cancelamento ocorra antes do início da instalação de equipamentos ou da prestação dos serviços, serão devidos apenas os valores mínimos previstos nas regras de cancelamento. Caso o cancelamento ocorra após o início da instalação ou da prestação dos serviços, considerar-se-á devido o valor originalmente previsto na Ordem de Serviço, observado o efetivo estágio de execução.

#### **5.10. Disposições finais sobre execução**

5.10.1 Não será admitida cobrança de serviços que não tenham sido previamente formalizados por Ordem de Serviço ou enquadrados nas exceções expressamente previstas neste Termo de Referência.

5.10.2 A Contratada deverá assegurar o sigilo das informações, documentos e conteúdos a que tiver acesso em razão da execução contratual, estendendo essa obrigação aos profissionais eventualmente subcontratados, inclusive após o término da execução dos serviços.

5.10.3 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **6.1. Disposições gerais sobre a execução e gestão do contrato**

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3 As comunicações entre o Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, de modo a assegurar o adequado registro, a rastreabilidade e o histórico das tratativas relacionadas à execução do contrato, admitindo-se o uso de meios eletrônicos para esse fim.

6.1.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **6.2. Preposto**

6.2.1 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da execução do contrato, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.2.2 O Contratado não necessitará manter preposto no local da execução do objeto, podendo o preposto atuar de forma remota, observado o disposto neste Termo de Referência.

6.2.3 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **6.3. Rotinas de fiscalização**

6.3.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos da legislação aplicável.

### **6.4. Fiscalização técnica e administrativa**

6.4.1 O fiscal técnico e administrativo do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.4.2 O fiscal técnico e administrativo do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.4.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico e administrativo do contrato emitirá notificações para a correção da execução, fixando prazo para saneamento, quando cabível.

6.4.4 O fiscal técnico e administrativo do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências necessárias e saneadoras, se for o caso.

## 6.5. Fiscalização setorial

6.5.1 Compete aos fiscais setoriais acompanhar a execução dos serviços no âmbito de suas respectivas unidades, verificando o cumprimento do escopo, dos prazos e da qualidade pactuados.

6.5.2 Compete, ainda, aos fiscais setoriais comunicar tempestivamente ao fiscal técnico e administrativo eventuais intercorrências, falhas ou não conformidades verificadas na execução.

6.5.3 Caberá aos fiscais setoriais emitir o ateste dos serviços executados, nos termos e prazos definidos neste Termo de Referência, consignando, quando houver, ressalvas ou registros de ocorrências.

## 6.6. Limites da fiscalização

6.6.1 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou falhas na execução, nem implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes.

## 6.7. Gestor do contrato

6.7.1 Cabe ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo das Ordens de Serviço, dos registros de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.7.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e das medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7.3 Compete ao gestor do contrato acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de liquidação da despesa e pagamento, bem como registrar no relatório de riscos eventuais os problemas que obstem o fluxo normal da execução contratual, da liquidação ou do pagamento.

6.7.4 O gestor do contrato deverá emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo e setoriais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.7.5 Compete ao gestor do contrato tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou setor com competência para tal, conforme o caso.

6.7.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final contendo informações sobre a execução do contrato, a consecução dos objetivos que justificaram a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.7.7 Cabe ao gestor do contrato **receber e dar encaminhamento** a denúncias, comunicações ou notificações formais relacionadas a eventual descumprimento de obrigações contratuais pela Contratada, inclusive aquelas encaminhadas por trabalhadores, sindicatos, órgãos de controle ou outros meios idôneos, adotando as providências cabíveis no âmbito de sua competência ou promovendo o encaminhamento à autoridade competente, quando necessário.

## 6.8. Disposições complementares sobre a gestão contratual

6.8.1 As reuniões, tratativas ou ajustes operacionais que se façam necessários entre a Contratada e os setores demandantes deverão contar obrigatoriamente com a participação do fiscal técnico e administrativo ou de seu substituto, a fim de possibilitar o acompanhamento das tratativas e a verificação da correta aplicação das disposições contratuais.

6.8.2 O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive das obrigações relacionadas à comunicação, aos prazos de resposta, à execução dos serviços e à apresentação de documentos de faturamento, sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

## 6.9. Responsabilidade trabalhista

6.9.1 A execução do objeto não implica a alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva nem a disponibilização contínua de empregados nas dependências do Contratante, sendo os serviços prestados por demanda e vinculados ao resultado contratado.

6.9.2 A Contratada é inteira e exclusivamente responsável pela gestão de seus recursos humanos e pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inexistindo vínculo trabalhista de qualquer natureza entre a Administração Pública e os profissionais envolvidos na prestação dos serviços.



6.9.3 A inadimplência da Contratada quanto às obrigações referidas no item anterior não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nos termos da legislação vigente.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 7.1 Critérios de Medição e Pagamento

7.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o **FORMULÁRIO DE ATESTE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E AVALIAÇÃO DE QUALIDADE**, conforme previsto no Anexo IV, o qual contém em seu conteúdo um Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a ser utilizado pelo fiscal setorial para aferição da qualidade dos serviços prestados em cada Ordem de Serviço.

7.1.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

a) não produziu os resultados acordados;

b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

a) conformidade do serviço executado com o escopo, as métricas e a unidade de medida aplicável (lauda, diária/meia diária, hora excedente, item de equipamento e honorários de auxiliares), conforme Ordem de Serviço e regras deste Termo de Referência;

b) cumprimento dos prazos e condições de execução pactuados na Ordem de Serviço, inclusive quanto a horário, local, quantidade de profissionais e infraestrutura demandada;

c) qualidade do serviço entregue, inclusive quanto à adequação terminológica e fidelidade ao conteúdo (tradução), correção formal e consistência (quando aplicável), e desempenho operacional nos eventos (interpretação e suporte técnico), conforme avaliação/atesto do fiscal setorial.

### 7.2 Recebimento provisório e definitivo

7.2.1 Para fins de recebimento, considera-se concluído o serviço quando:

7.2.1.1 nos serviços de tradução (normal, urgente e juramentada), houver entrega do material final por meio digital, na forma e padrão acordados, e aceitação preliminar pelo fiscal setorial;

7.2.1.2 nos serviços de interpretação e nos serviços correlatos (equipamentos e auxiliares), houver a realização do evento no período contratado e o encerramento da prestação, com registro de eventuais ocorrências;

7.2.2 O fiscal setorial emitirá o ateste no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, registrando, quando houver, ocorrências, não conformidades e eventuais ajustes de medição cabíveis conforme este Termo de Referência.

7.2.3 O recebimento provisório será caracterizado pela emissão do ateste pelo fiscal setorial, que servirá de base para a autorização de faturamento.

7.2.4 O fiscal técnico e administrativo consolidará a documentação de execução e conferirá a conformidade administrativa para fins de recebimento definitivo e faturamento, observadas as disposições deste Termo de Referência.

7.2.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou na documentação de cobrança.

### 7.3 Faturamento e Nota Fiscal

7.3.1 Após a emissão do ateste pelo fiscal setorial e a conferência administrativa, o fiscal técnico e administrativo instará a Contratada para fins de faturamento.

7.3.2 A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da instância formal referida no subitem 7.5.1, observadas as disposições deste Termo de Referência.

7.3.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá refletir o valor exato dimensionado e autorizado pela fiscalização, com indicação da(s) Ordem(ns) de Serviço a que se refere, unidade(s) de medida e demais elementos necessários à liquidação.

#### **7.4 Liquidação**

7.4.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.4.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada contém os elementos necessários, incluindo identificação do contrato, das Ordens de Serviço, do período/evento correspondente, do valor a pagar e do destaque de retenções tributárias cabíveis, quando aplicável.

7.4.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.4.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

#### **7.5 Prazo e forma de pagamento**

7.5.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.5.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.5.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.4 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observado o cumprimento das condições legais e a apresentação de comprovação, quando exigível.

#### **7.6 Atualização monetária por atraso de pagamento**

7.6.1 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice definido no contrato.

#### **7.7 Reajuste dos preços contratados**

7.7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/04/2026.

7.7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

*7.7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

*7.7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.*

#### **7.8 Cessão de crédito**

7.8.1 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante, observadas as condicionantes e o procedimento previstos no contrato e na legislação aplicável.

7.8.1.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.8.1.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.8.1.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.8.1.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.8.2 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **9.2 Regime de Execução**

9.2.1 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **9.3 Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3.1 Para o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será:

- a) valor global estimado da contratação, como limite máximo de referência;
- b) valores unitários máximos, conforme planilha estimativa constante do item 1 deste Termo de Referência.

### **9.8 Exigências de habilitação**

9.8.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **9.8.1 Habilitação jurídica**

9.8.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.8.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.8.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.8.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.8.1.9 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.8.1.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.8.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.8.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.8.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.8.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.8.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.8.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.8.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.8.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.8.3 Qualificação Econômico-Financeira

- 9.8.3.1 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.8.3.2 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.8.3.3 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.8.3.4 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 9.8.3.5 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.8.3.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.8.3.7 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.8.3.8 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.8.3.9 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **9.8.4 Qualificação Técnico-Operacional**

9.8.4.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso,

9.8.4.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) que comprove (m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.8.4.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.8.4.4 Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.8.4.5 O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo a Administração solicitar cópia do contrato que lhes deu origem, nota fiscal correspondente ou outros documentos que comprovem a efetiva prestação dos serviços.

9.8.4.6 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.8.4.7 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.8.4.8 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **9.8.5 Qualificação Técnico-Profissional**

9.8.5.1. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da contratação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, a saber:

9.8.5.1.1 Relação nominal dos profissionais que poderão ser alocados para a execução dos serviços de:

a) tradução de textos (tradução literária e versão), com comprovação de experiência compatível com o objeto contratado;

b) interpretação consecutiva e simultânea, com comprovação de experiência em eventos, reuniões técnicas ou atividades institucionais de natureza equivalente;

c) tradução juramentada, com indicação do Tradutor Público e Intérprete Comercial regularmente habilitado e com registro válido na Junta Comercial competente.

9.8.5.1.2 . Declaração de que a empresa dispõe de equipe técnica suficiente para atendimento simultâneo de demandas, inclusive em caráter urgente, conforme prazos previstos neste Termo de Referência.

9.8.5.1.3 Indicação do aparelhamento técnico disponível para execução dos serviços de interpretação simultânea, incluindo, quando aplicável:

a) cabines acústicas adequadas às normas técnicas;

b) transmissores e receptores individuais;

c) sistema de sonorização compatível com o porte do evento;

d) equipe de apoio técnico presencial para montagem, operação e desmontagem dos equipamentos.

9.8.5.1.4. Declaração de que os equipamentos indicados encontram-se disponíveis e em condições adequadas de funcionamento, responsabilizando-se a contratada por sua substituição imediata em caso de falha.



9.8.6 Disposições gerais sobre habilitação

- 9.8.6.1 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.8.6.2 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.8.6.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.8.6.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.8.6.5 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8.7 Documentação complementar para cooperativas

- 9.8.7.1 Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- f.1) ata de fundação;
- f.2) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- f.3) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- f.4) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- f.5) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f.6) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- f.7) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 1.332.412,50** (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela** abaixo, e também disponíveis de forma detalhada no item 1.1 do presente Termo de Referência:

	GRUPO I	GRUPO II	TOTAL GERAL
TOTAL GERAL	R\$ 135.240,00	R\$ 1.197.172,50	R\$ 1.332.412,50

Grupo	Item - descrição	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO
Grupo I	ITEM 1 - Tradução/versão literária em regime normal - INGLÊS	500	R\$ 43,72	R\$ 21.860,00
	ITEM 2 - Tradução/versão literária em regime normal - ESPANHOL	500	R\$ 43,72	R\$ 21.860,00
	ITEM 3 - Tradução/versão literária em regime de urgência - INGLÊS	250	R\$ 85,40	R\$ 21.350,00
	ITEM 4 - Tradução/versão literária em regime de urgência - ESPANHOL	250	R\$ 85,40	R\$ 21.350,00
	ITEM 5 - Tradução/versão juramentada - INGLÊS	120	R\$ 82,50	R\$ 9.900,00
	ITEM 6 - Tradução/versão juramentada - ESPANHOL	120	R\$ 81,00	R\$ 9.720,00
	ITEM 7 - Tradução/versão juramentada - FRANCÊS	50	R\$ 79,00	R\$ 3.950,00
	ITEM 8 - Tradução/versão juramentada - ÁRABE	50	R\$ 180,00	R\$ 9.000,00
	ITEM 9 - Tradução/versão juramentada - CHINÊS	50	R\$ 155,00	R\$ 7.750,00
	ITEM 10 - Tradução/versão juramentada - RUSSO	50	R\$ 170,00	R\$ 8.500,00
	ITEM 11 - Interpretação consecutiva ou simultânea presencial - INGLÊS	50	R\$ 1.629,58	R\$ 81.479,00
	ITEM 12 - Interpretação consecutiva ou simultânea presencial - ESPANHOL	50	R\$ 1.629,58	R\$ 81.479,00
	ITEM 13 - Interpretação consecutiva ou simultânea presencial - FRANCÊS	25	R\$ 1.629,58	R\$ 40.739,50
	ITEM 14 - Interpretação consecutiva ou simultânea presencial - ÁRABE	10	R\$ 4.400,00	R\$ 44.000,00
	ITEM 15 - Interpretação consecutiva ou simultânea presencial - CHINÊS	10	R\$ 4.760,00	R\$ 47.600,00

Grupo II	ITEM 16 - Interpretação consecutiva ou simultânea presencial - RUSSO	10	R\$ 4.760,00	R\$ 47.600,00
	ITEM 17 - Interpretação consecutiva ou simultânea remota- INGLÊS	50	R\$ 1.266,67	R\$ 63.333,50
	ITEM 18 - Interpretação consecutiva ou simultânea remota- ESPANHOL	50	R\$ 1.266,67	R\$ 63.333,50
	ITEM 19 - Interpretação consecutiva ou simultânea remota- FRANCÊS	25	R\$ 1.266,67	R\$ 31.666,75
	ITEM 20 - Interpretação consecutiva ou simultânea remota- ÁRABE	10	R\$ 3.400,00	R\$ 34.000,00
	ITEM 21 - Interpretação consecutiva ou simultânea remota- CHINÊS	10	R\$ 4.000,00	R\$ 40.000,00
	ITEM 22 - Interpretação consecutiva ou simultânea remota- RUSSO	10	R\$ 3.400,00	R\$ 34.000,00
	ITEM 23 - Locação de equipamento móvel para interpretação simultânea	100	R\$ 2.400,00	R\$ 240.000,00
	ITEM 24 - Locação de equipamento fixo de interpretação simultânea por radiofrequência	50	R\$ 2.000,00	R\$ 100.000,00
	ITEM 25 - Locação de equipamento fixo de interpretação simultânea por infravermelho	50	R\$ 2.450,00	R\$ 122.500,00
	ITEM 26 - Locação de receptores (por unidade)	1000	R\$ 20,00	R\$ 20.000,00
	ITEM 27 - Locação de cabine para intérpretes	100	R\$ 889,56	R\$ 88.956,00
	ITEM 28 - Honorários de técnico de som	25	R\$ 313,33	R\$ 7.833,25
	ITEM 29 - Honorários de recepcionista bilíngue	25	R\$ 346,08	R\$ 8.652,00

10.2 A pesquisa foi realizada utilizando os parâmetros de acordo com a IN 65/2021, especialmente, o teor dos incisos I, II e IV do seu art. 5º. Os dados foram obtidos por meio de contratações públicas semelhantes pelo governo federal, além da pesquisa de mercado.

10.3 Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

i) Gestão/Unidade: 130005

II) Fonte: 100

III) Programa de Trabalho: 22101.2012.2210.5200.00001

IV) Elemento de Despesa: 339039.05

V) PI: Unidades Demandantes

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Em atendimento ao Art. 10 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022 e à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), o presente Termo de Referência é classificado como de acesso público, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de sigilo previstas na referida lei, tendo em vista que as informações nele contidas não versam sobre assuntos cuja divulgação possa comprometer a segurança nacional, investigações em curso, dados pessoais ou outras informações protegidas por legislação específica. Portanto, as informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*nome da empresa e CNPJ*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 14. ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA

(em papel personalizado da empresa)

Processo nº .....

Pregão Eletrônico nº ...../.....

Razão Social: .....

CNPJ: .....

Endereço: .....

CEP: .....

Cidade: .....  
Telefone: .....  
E-mail: .....

Apresentamos a nossa Proposta para a licitação visando a contratação de serviços de tradução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Grupo 1 - Serviços de tradução/versão de textos						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3891	Tradução/versão <b>literária em regime normal</b> - INGLÊS	LAUDAS (2100 carac. com espaços)	500		
2		Tradução/versão <b>literária em regime normal</b> - ESPANHOL	LAUDAS (2100 carac. com espaços)	500		
3		Tradução/versão <b>literária em regime de urgência</b> - INGLÊS	LAUDAS (2100 carac. com espaços)	250		
4		Tradução/versão <b>literária em regime de urgência</b> - ESPANHOL	LAUDAS (2100 carac. com espaços)	250		
5		Tradução/versão <b>juramentada</b> - INGLÊS	LAUDAS (1000 carac. sem espaços)	120		
6		Tradução/versão <b>juramentada</b> - ESPANHOL	LAUDAS (1000 carac. sem espaços)	120		
7		Tradução/versão <b>juramentada</b> - FRANCÊS	LAUDAS (1000 carac. sem espaços)	50		
8		Tradução/versão <b>juramentada</b> - ÁRABE	LAUDAS (1000 carac. sem espaços)	50		
9		Tradução/versão <b>juramentada</b> - CHINÊS	LAUDAS (1000 carac. sem espaços)	50		
10		Tradução/versão <b>juramentada</b> - RUSSO	LAUDAS (1000 carac. sem espaços)	50		
Grupo 2 - Serviços de interpretação de falas, locação de equipamentos e honorários de auxiliares						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	12637	Interpretação <b>consecutiva ou simultânea presencial</b> - INGLÊS	DIÁRIA (6 horas)	50		
12		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea presencial</b> - ESPANHOL	DIÁRIA (6 horas)	50		
13		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea presencial</b> - FRANCÊS	DIÁRIA (6 horas)	25		
14		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea presencial</b> - ÁRABE	DIÁRIA (6 horas)	10		
15		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea presencial</b> - CHINÊS	DIÁRIA (6 horas)	10		
16		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea presencial</b> - RUSSO	DIÁRIA (6 horas)	10		
17		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea remota</b> - INGLÊS	DIÁRIA (6 horas)	50		

18		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea remota</b> - ESPANHOL	DIÁRIA (6 horas)	50		
19		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea remota</b> - FRANCÊS	DIÁRIA (6 horas)	25		
20		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea remota</b> - ÁRABE	DIÁRIA (6 horas)	10		
21		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea remota</b> - CHINÊS	DIÁRIA (6 horas)	10		
22		Interpretação <b>consecutiva ou simultânea remota</b> - RUSSO	DIÁRIA (6 horas)	10		
23	21490	Locação de <b>equipamento móvel</b> para interpretação simultânea	DIÁRIA (12 horas)	100		
24		Locação de <b>equipamento fixo</b> de interpretação simultânea por <b>radiofrequência</b>	DIÁRIA (12 horas)	50		
25		Locação de <b>equipamento fixo</b> de interpretação simultânea por <b>infravermelho</b>	DIÁRIA (12 horas)	50		
26		Locação de <b>receptores (por unidade)</b>	DIÁRIA (12 horas)	1000		
27		Locação de <b>cabine</b> para intérpretes	DIÁRIA (12 horas)	100		
28		Honorários de <b>técnico de som</b>	(DIÁRIA 8 horas)	25		
29		Honorários de <b>recepcionista bilíngue</b>	(DIÁRIA 8 horas)	25		

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que:

1. O preço cotado inclui todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste pregão;
2. Quaisquer tributos, custos e despesas omitidas da proposta ou incorretamente cotadas serão considerados como inclusos nos preços, e não serão solicitados acréscimos, a qualquer título, sendo os serviços prestados sem ônus adicional;
3. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato dela advindo;
4. Estamos de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos e que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações.

Dados do representante legal da empresa para assinatura do contrato:

Nome: .....

CPF:.....

Naturalidade/Nacionalidade:.....

Cargo/Função: .....

Local e data

.....

Assinatura e carimbo (representante da empresa)

15. ANEXO III

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:

Serviço:

## IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA

CNPJ:

## DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	Descrição	Quantidade	Métrica
------	-----------	------------	---------

## DEMAIS DETALHAMENTOS

Demais observações

## RECURSOS FINANCEIROS

Número do empenho

Brasília-DF, na data da assinatura eletrônica

**(fiscal setorial)**

Orientações: Nos casos em que o fiscal setorial não detenha domínio do idioma objeto da tradução, a avaliação dos critérios linguísticos poderá ser realizada com apoio técnico de servidor com conhecimento no respectivo idioma ou, na sua ausência, limitar-se aos aspectos objetivamente verificáveis, presumindo-se a conformidade linguística na inexistência de indícios de erro, sem prejuízo de posterior revisão caso sejam identificadas inconsistências relevantes.

3. Resultado da Avaliação				
Pontuação total obtida				
Faixa de desempenho	( ) 90–100 Excelente	( ) 70–89 Satisfatório	( ) 50–69 Regular	( ) <50 Insatisfatório
4. Reflexo na Medição				
Pontuação ≥ 80	Serviço considerado satisfatório sob o aspecto qualitativo			
60 ≤ Pontuação < 79	Recomenda-se advertência formal e ajustes			
Pontuação < 60	Recomenda-se aplicação de glosa e/ou sanções			
5. Manifestação Conclusiva do Fiscal Setorial				
( ) A qualidade do serviço é satisfatória.				
( ) A qualidade do serviço apresenta inconsistências que demandam ajustes				
( ) A qualidade do serviço é insatisfatória.				
Comentários adicionais:				
6. Declaração Final				
Certifico que o serviço prestado atende aos padrões de qualidade exigidos e encontra-se satisfatoriamente executado quanto aos aspectos qualitativos. O presente ateste refere-se exclusivamente à avaliação qualitativa da execução do serviço, sob a ótica da unidade demandante, nos termos do modelo de gestão contratual. A verificação da conformidade documental, quantitativa, fiscal e financeira da execução compete ao fiscal técnico/administrativo, nos limites de suas atribuições.				
Nome do Fiscal Setorial				
Cargo/Função				
Brasília-DF, na data da assinatura eletrônica.				

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE LUCIO DOS SANTOS COSTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 15:05:35.



**NADIA REIS BARBOSA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 15:03:58.*

**NAYARA ALVES MONTEIRO**

Membro da comissão de contratação